

Comerciantes locais, acumulação e estratificação social em Minas Gerais no século XIX

Leandro Braga de Andrade

Resumo

O objetivo do texto apresentado é estudar a função do comércio regional nas articulações mercantis e também na hierarquia social em Minas Gerais. O comércio de produtos regionais e importados obteve capacidade de acumulação suficiente para gerar uma elite local. Na cidade de Mariana, um grupo de grandes comerciantes articulava a circulação desses produtos e do controle do crédito informal, conferindo-lhes certo prestígio. Na análise foram utilizadas Relações de Casas de Negócio do ano de 1836, as listas de habitantes das décadas de 1820 e 1830, inventários *post mortem* e registros de escravos na polícia da corte do Rio de Janeiro. A trajetória dos negociantes de Mariana não indica inversão dos investimentos para terras e escravos, mas manutenção no tempo do investimento no setor comercial.

Introdução

No alvorecer do século XIX se consolidava no Centro-Sul do Brasil um complexo mercantil que interligava regiões distantes. Neste período é notória a capacidade de acumulação gerada pela circulação interna de produtos e por importados.¹ As conexões mercantis da economia de Minas Gerais, no período em que a mineração não correspondia ao principal ramo de enriquecimento, atendiam a uma demanda interna – crescimento da população livre e escrava – mas, também se ligavam a um contexto maior de dinamização do mercado interno. A chegada de D. João VI e toda a comitiva portuguesa, em 1808, provocou uma série de mudanças que possibilitaram o aquecimento e uma maior integração do mercado interno. Medidas administrativas, abertura de caminhos e a demanda criada com o inchaço populacional do Rio de Janeiro abriram espaço para a inserção dos mineiros dos negócios de grande monta. Dessa forma, o comerciante mineiro passava por um momento de amplas possibilidades de negócios, incluindo um filão gerador de lucros que foi o comércio de escravos.²

¹ A formação de uma elite nobiliárquica formada pela acumulação interna de capital nos fins do período colonial e início do Império recebeu destaque nas pesquisas sobre o Rio de Janeiro de FRAGOSO, 1998; FRAGOSO e FLORENTINO 2002.

² Sobre os níveis de mercantilização da economia mineira neste período ver: GODOY, 2004; CHAVES, 2002; PAIVA, 1996; LIBBY, 1988; ALMEIDA, 2001; GRAÇA FILHO, 2002;

Ao passo que grandes negociantes das praças centrais lucravam e se estabeleciam como homens de poder na formação política e social do Brasil, em áreas economicamente periféricas se reproduzia um complexo mercantil, inclusive com possibilidades de acumulação. A agropecuária, base econômica da região do Termo de Mariana, na região central de Minas, foi capaz de gerar um circuito comercial disseminado pelas estradas, arraiais e centros urbanos. O mercado de gêneros alimentícios, bebidas, importados (entre eles escravos), produtos da transformação doméstica e o crédito informal serviram como elo de interligação e interdependência de parte significativa da população: roceiros, fazendeiros, artesãos, vendedores e grandes negociantes. Dessa forma, torna-se imperativa a análise da inserção econômica e social daqueles homens e mulheres que de alguma forma mercanciaram pelas ruas, estrada e praças da região.

A análise das Relações de Casas de Negócio do ano de 1836, das listas de habitantes das décadas de 1820 e 1830, de inventários *post mortem* e de registros de escravos na polícia da corte do Rio de Janeiro apresenta um grande potencial para investigação do perfil social, econômico e das estratégias de acumulação dos comerciantes, inclusive de sua posição na hierarquia local. Outra possibilidade de análise é a comparação da atuação de comerciantes em áreas urbanas e povoados rurais.³

Neste exercício de pesquisa, que produz apontamentos significativos, mas não definitivos, pretendo contribuir para o estudo do comércio local, sobretudo como parte integrante de um complexo maior, o mercado interno no Brasil. Do mesmo modo que os caracteres sociais, que engendram a atuação dos comerciantes, podem clarear aspectos da estratificação social, no interior de Minas Gerais no oitocentos.

No caso de Mariana, mesmo tendo um perfil mais modesto do que grandes centros comerciais como São João Del Rey e o Rio de Janeiro, foi possível identificar, entre os comerciantes, uma grande capacidade de acumulação, além da manutenção no tempo do investimento na atividade mercantil.

Mesmo quando a extração aurífera passou por forte enfraquecimento e o centro dinâmico da economia mineira migrou para a agropecuária, sobretudo a da região sul da capitania, a estrutura historicamente montada de uma rede de negócios e conexões permanece, na área em questão. Essa realidade foi também demonstrada por minuciosa pesquisa de Clotilde Paiva que apresentou proposta de regionalização baseada no desenvolvimento

³ Em minha dissertação de mestrado utilizei documentação semelhante com o objetivo de analisar camponeses, proprietários e não-proprietários de escravos nesta mesma região. O cruzamento nominal permitiu o conhecimento do universo de proprietários rurais. Agora, lanço mão de metodologia semelhante para conhecer o universo de comerciantes (ANDRADE, 2007).

econômico das regiões de Minas Gerais, no segundo quartel do século XIX. A chamada região *Mineradora Central Oeste*, que inclui os municípios de Queluz, Sabará, Ouro Preto e parcelas do município de Caeté e Mariana, apresentou alto nível de desenvolvimento atestado pela grande circulação de mercadorias, produzidas na região ou importadas, e pela concentração de engenhos e casas de negócio, muitas delas bem sofisticadas para os padrões vigentes.

Localizada bem no centro da Província a região Mineradora Central Oeste tinha pauta de exportação diversificada. Enviava para o mercado do Rio de Janeiro ouro, pedras preciosas, tecidos e doces e distribuía os importados vindo de lá. Nas partes onde havia mineração o abastecimento de víveres parecia estar vindo da própria região, mostrando uma articulação intra-regional. As relações inter-regionais também eram importantes. Comprava matérias-primas para serem transformadas ou revendidas internamente. Distribuía internamente artefatos de ferro para lavoura e mineração, tecidos e outros manufaturados (PAIVA, 1996: 115).

Alguns elementos ajudam a compreender o perfil econômico dessa região. Tanto Mariana quanto Ouro Preto mantiveram, no alvorecer do século XIX, antigos papéis fundamentais na estrutura política, administrativa e religiosa de Minas Gerais. Mariana era sede do arcebispado, concentrava a formação de clérigos e eventos. Além disso, sua jurisdição administrativa era gigantesca, alcançando longínquas regiões da Zona da Mata, onde ainda havia o aprisionamento de índios. A expansão agrícola da mata mineira, na primeira metade do oitocentos, também ressoou na vila que sediava algumas das principais casas de negócio da região.⁴ Ouro Preto, com um território mais modesto, era o centro administrativo da capitania e posteriormente da província, além de principal palco da vida política regional. A localização estratégica no caminho que ligava as movimentadas praças de Diamantina, Serro e Sabará, ao Rio de Janeiro, dava à cidade um papel importante na articulação comercial existente dentro e para fora de Minas Gerais.

Os comerciantes da porção urbana de Mariana e Ouro Preto eram os principais responsáveis pela circulação interna da produção local. É o caso do difundido comércio da aguardente, produto fabricado nas fazendas mistas dos distritos vizinhos e largamente consumido nos arraiais e vilas. Nas áreas rurais de Mariana, por exemplo, os maiores proprietários de terras e escravos investiam no cultivo da cana e na fabricação de seus derivados. Eram eles também os principais demandantes de mão-de-obra escrava, que por sua vez era comercializada pelos negociantes estabelecidos na cidade e nos arraiais.⁵

⁴ Sobre a extensão do Termo de Mariana e sua heterogeneidade sócio-econômica – mineração, agricultura, pecuária e fronteira agrícola – ver: ANDRADE, Francisco. 1994; ANDRADE, 2007.

⁵ Dados obtidos com o cruzamento de listas de habitantes, Relações de Engenhos e Casas de Negócio e inventários *post mortem*, para traçar o perfil da elite agrícola da Freguesia de Furquim, no interior do Termo de Mariana, que demonstra o recorrente vínculo do enriquecimento com a produção da aguardente. Aqui referimo-nos à discussão proposta em dissertação de mestrado acerca do argumento de que o chamado *Senhor/Camponês*,

A relação da produção de aguardente com o comércio local pode ser ainda atestada pela resposta do juiz de paz do distrito de Ponte Nova (termo de Mariana) ao presidente da província, em cumprimento a sua solicitação de relacionar engenhos e casas de negócios, no ano de 1836:

Em observância ao officio de Vossa Excelência com o fecho de 16 de junho de p.p. em que me determina envie huma relação dos Engenhos deste Distrito em que se fabricar aguardente com declaração dos seus motores; e em segundo lugar huma dita das cazas em que se vender aguardente simples ou beneficiada com distinção de suas cuituações assim mais das loges de fazendas secas e cazas de Armazéns em que se vender espíritos importados com a declaração dos nomes de seus possuidores, e cada hum dos ditos estabelecimentos (...)⁶

O objetivo das exigências do governo, cumprido pelo juiz de paz, não era apenas de conhecer as fábricas de aguardente, mas também os estabelecimentos onde era vendida a bebida. Na relação das *casas de negócio* era comum a distinção das vendas entre *aguardente simples* ou *aguardente beneficiada*, mas o que ocorria de fato era a venda em todos os tipos de estabelecimentos.. Obviamente que as casas de negócio não se resumiam àquelas empreendidas pelos grandes lojistas, armazeneiros e vendeiros dos centros urbanos. Havia ranchos e vendas na beira das estradas que atendiam às tropas de viagem, além da movimentação comercial dos arraiais circundados por fazendas e roças produtoras.

A tradição na produção e no consumo da aguardente pode ser um dos elementos que explicam a concentração de estabelecimentos comerciais na região. Os distritos que compunham o imenso território pertencente ao termo de Mariana, ainda em meados de 1830, detinham parte considerável do comércio fixo da província. Cerca de 11,5% das casas comerciais de Minas Gerais foram listados nesta região . Se considerarmos os dados de Marcelo Godoy para a região *Mineradora Central Oeste*, essa proporção chega a 35,3% .⁷

Os juizes de paz dos distritos de Furquim e Ponte Nova listaram 16% das casas comerciais do município (ou 84, tabela 1). A maior parte delas correspondia por pequenos estabelecimentos especializados na venda de aguardente. Caso semelhante ocorria com o distrito da cidade de Mariana, porção urbana do termo, onde o comércio era mais

na visão de João Fragoso e Manolo Florentino, em *O Arcaísmo como projeto*, era responsável por parte significativa tanto das entradas de africanos quanto do mercado abastecedor de alimentos. Do contrário, a pesquisa revelou que eram as médias e grandes propriedades da freguesia de Furquim que concentravam a maior parte dos cativos – inclusive aqueles oriundos do tráfico –, mantinham contato com circuitos comerciais longínquos e possuíam escravos bem mais valorizados do que aqueles de pequenos escravistas (ANDRADE, 2007, p. 199).

⁶ Relação de Engenhos e casas de negócio – 1836. Arquivo Público Mineiro: SPPP 1/6 – Cx7- D3

⁷ Os dados que consideram a divisão regional por município foram apresentados em pesquisa anterior de GODOY e PAIVA em artigo do ano de 1992. Na ocasião foram registrados 4531 Casas de Negócio (GODOY e PAIVA, 1992, p. 38). Já nos dados apresentados na tese de doutorado de Marcelo Godoy esse número passou para 5039 registrados e 6596 estimados (GODOY, 2004 B)

movimentado e gerava mais riqueza (possuía sozinho 18% - ou 94, tabela 1 - das casas comerciais do município), porém também tinha a maior parcela dos seus estabelecimentos dedicados ao comércio aguardenteiro.

A tabela I mostra a participação dos tipos de estabelecimentos em cada distrito abordado pela pesquisa.

Tabela I

Relação das Vendas e Casas de Negócios. Furquim, Ponte Nova⁸ e Mariana. 1836.

Estabelecimento	Furquim*	Ponte Nova	Mariana
Espíritos importados e da terra	07	19	33
Fazendas seca	01	15	16
Aguardente simples	28	14	45
Total	36	48	94

Fonte: Relação de Engenhos e Casas de Negócio. Furquim e Mariana.1836. APM.

* Arraial sede da freguesia

Unindo os dados dos arraiais de Furquim e Ponte Nova, havia na freguesia 16 lojas de fazendas secas, 42 vendas de aguardente e 26 armazéns de espíritos importados e da terra. Em Mariana foram listadas 16 lojas de fazendas secas, 45 vendas de aguardente simples e 33 armazéns de espíritos importados e da terra. Entre estes aparecem as vendas de estrada, como o estabelecimento de Francisco da Silva Dutra, em Furquim, que *tem negocio a beirada da estrada. Agoa Ardente simples e espíritos enportados*⁹.

A compreensão do funcionamento do comércio, suas nuances, de acordo com a localização (urbano e rural) e sua contribuição para a estratificação social exigem análise atenta do perfil sócio-demográfico e econômico dos proprietários negociantes.

As características do setor comercial de Furquim guardaram diferenças especiais àquelas encontradas para Mariana. Na primeira localidade, o comércio nem sempre era atividade nuclear nos negócios do proprietário e os estabelecimentos dos arraiais funcionavam como uma extensão da produção das fazendas e sítios da região. A semelhança dos indicadores demográficos dos negociantes com os setores mais pobres da sociedade indicam restrita e concentrada oportunidade de acumulação.

⁸ As relações de casas de negócio foram confeccionadas pelos juizes de paz dos distritos. Aqui consideramos a freguesia de Furquim abarcando os dois distritos (Furquim e Ponte Nova)

⁹ Relação de Engenhos e Casas de Negócio. Furquim. Código 6107. SPPP/6 – D44

Já para o caso de Mariana, a maior parte dos comerciantes provavelmente vivia somente, ou principalmente, do comércio. Aqui o setor parece ter tido uma importância muito maior, funcionando, não apenas como centro de trocas da produção regional, mas também como centro atacadista e usurário. Destaca-se para Mariana a ocorrência de uma elite que enriquecia através das trocas, empréstimos e vendas a prazo.

Para alcançarmos o perfil demo-econômico desses homens e mulheres recorreremos ao cruzamento nominal dos donos de casas de negócio, listados em 1836, com as listas de habitantes.¹⁰

Em Furquim, dos 84 estabelecimentos foram encontrados 39 proprietários na lista nominal de habitantes de 1838. Já para Mariana foi utilizada a lista nominativa de 1831, mais completa¹¹, e encontrados 46 dos 94 negociantes relacionados pelo juiz de paz. As tabelas II e III relacionam a ocupação com os indicadores demográficos dos comerciantes.

Tabela II
Ocupação e indicadores demográficos dos chefes de domicílios donos de Casas de negócio. Furquim (Ponte Nova) 1838.

Ocupação	Homens	Mulheres	Branco	Não branco	Casados	Solteiros	Viúvo	Total
Artesanato	7	2	1	8	5	2	1	9
Comércio	18	0	4	14	11	5	3	18
Agricultura	11	0	4	7	8	2	1	11
Militar	1	0	1	0	1	0	0	1
Total	37	2	10	29	25	9	5	39

Fonte: Listas nominativas de habitantes. 1838. AHCM, CEDEPLAR/UFMG. Relação de Engenho e Casas de Negócio. 1836. APM.

*39 chefes de domicílios selecionados a partir do cruzamento das listas de habitantes com a Relação de Casas de negócio.

Tabela III
Ocupação e indicadores demográficos dos chefes de domicílios donos de Casas de negócio. Mariana. 1831.*

Ocupação	Homens	Mulheres	Branco	Não branco	Casados	Solteiros	Viúvo	Total
Artesanato**	5	1	0	6	2	4	0	6
Comércio	28	5	20	13	16	13	4	33

¹⁰ Sobre a metodologia de trabalho do cruzamento das Relações de Casas de Negócio de 1836 (que acompanham as Relações de Engenhos) com listas nominativas ver GODOY, 2004. B.

¹¹ A lista nominativa do distrito de Mariana no ano de 1838 omitia importantes informações como a cor, o estado conjugal e a ocupação de muitos indivíduos. Como não há lista de habitantes de Ponte Nova para o ano de 1831 decidimos comparar as localidades em datas diferentes: Mariana, 1831 e Furquim, 1838. Apesar da distância de 7 anos, as nuances encontradas estão relacionadas à natureza diferenciada dos povoados (urbano e rural).

Agricultura	3	0	2	1	2	1	0	3
S. Público***	3	0	2	1	3	0	0	3
Fiscador	1	0	0	1	0	1	0	1
Total	40	06	24	22	23	19	4	46

Fonte: Listas nominativas de habitantes. 1831. APM. CEDEPLAR/UFMG. Relação de Engenho e Casas de Negócio. 1836. APM.* 46 domicílios selecionados a partir do cruzamento das listas de habitantes com a Relação das Casas de negócio (1836). ** 5 alfaiates. *** Alcaide, Juiz de Paz e Meirinho.

A maioria absoluta de homens no comércio foi comum à Furquim e Mariana. Entre os comerciantes selecionados de Furquim, havia 2 mulheres e em Mariana, eram 6. A presença feminina, sobretudo em Mariana, foi mais recorrente no comércio de aguardente. Considerando a Relação de Casas de Negócio, entre os donos de vendas havia 9 mulheres e 36 homens, enquanto que somente uma armazeneira fora registrada (D. Rosa Maria de Sena). A pequena participação numérica não parece indicar uma herança da presença feminina no pequeno comércio durante o setecentos. Tanto em Furquim quanto em Mariana a presença mais destacada de mulheres estava na fiação e tecelagem, sendo que um quarto dos domicílios locais eram chefiados por fiandeiras (ANDRADE, 2007).

Em Furquim, por volta de 37% de todos os chefes de domicílios eram brancos na década de 1830. A presença majoritária de não brancos, sobretudo pardos, foi comum a toda região Mineradora Central Oeste. Na abordagem do setor comercial da freguesia, essa realidade é ainda mais destacada. Somente 10, ou 26% dos chefes de domicílios selecionados eram brancos. Pardos e crioulos dominaram o cenário dos negócios nos povoados de Furquim (somavam 29, ou 74%).

A análise cruzada das listas de habitantes e inventários *post mortem* revelou que pardos, pretos e crioulos constituíam a parcela mais pobre da população. Muitos deles viam no pequeno comércio, no artesanato e na lavra de pequenas roças as oportunidades de garantir a sobrevivência. Mais da metade dos donos de casas de negócio não tinham no comércio a sua principal atividade econômica. Segundo a tabela II, dos 39 chefes de domicílios, 9 eram artesãos e 11 lavradores. Os arraiais das áreas rurais do Termo de Mariana não experimentavam o mesmo vigor que os centros urbanos, por isso, para os comerciantes mais simples era necessário conjugar a venda de aguardente e “molhados” com outra ocupação.¹² Mesmo assim, uns poucos donos de lojas e armazéns destacaram-se na freguesia, principalmente no arraial de Ponte Nova, centro de trocas das mercadorias produzidas nas fazendas e sítios vizinhos.

¹² A complementaridade entre fazenda, rancho e venda foi destacado por Godoy (GODOY, 2004, p. 303) e Lenharo (LENHARO, 1979, p. 77).

Alguns indícios como o perfil demográfico e ocupacional da população, sugerem que nas primeiras décadas do século XIX a cidade passou por estagnação econômica, decorrida da crise do ouro, no entanto, parece ter sido através do comércio que a cidade se reergueu. Em 1817, quando da visita de Saint Hilaire a cidade, o viajante destacou a redução das lavras de ouro e o fechamento do seminário por falta de recursos. Para completar o quadro desolador da economia local, concluiu o capítulo a respeito da cidade da seguinte forma: *O comércio dessa cidade limita-se ao consumo interno; existem poucas lojas, e apenas dois ou três comerciantes ricos* (SAINT HILAIRE, 1938, p. 152).

A descrição de Saint Hilaire não corresponde ao quadro denunciado pelas Relações de Casas de Negócio e as listas de habitantes. Em 1819 foram listados 49 chefes de domicílios como comerciantes, em 1831 foram registrados 60 e na Relação de 1836, os negociantes somaram 94. Mesmo que a estagnação econômica tenha atingido a cidade, Mariana não se transformou numa “vila de domingo” e mostrou fôlego nas atividades comerciais nas décadas de 1830 e 1840¹³.

De acordo com a tabela III, 33 dos 46 chefes de domicílios selecionados foram listados como comerciantes. Os 3 homens listados na categoria de autônomos conjugavam a atividade burocrática com o comércio. Destaca-se também a ocorrência de 5 alfaiates, artesãos que também se ligavam à atividade comercial.

Tudo indica que não foi apenas o caráter eventual versus uma maior especialização que diferenciaram a área rural do centro urbano, no tocante ao comércio. Enquanto que em Furquim, apenas 26% (10) dos comerciantes eram brancos, em Mariana essa proporção foi de 52% (24). Esse é um importante sinal de que o comércio era a atividade com maior capacidade de acumulação e concentrava a elite da cidade. Isto porque, de acordo com a lista de habitantes de 1831, somente 27% dos chefes de domicílios eram brancos, sendo que mais de 3/4 deles eram proprietários de escravos, ou seja, esses constituíam de fato a elite marianense e para boa parte deles a atividade comercial conformou a principal fonte de recursos.

Além disso, o acesso à propriedade de escravos também foi diferente dependendo da localidade. Em Furquim 47% dos comerciantes tinham escravos, enquanto que em Mariana essa proporção chegou a 75%. O dado revela mais um indício da maior capacidade de acumulação entre os comerciantes marianenses. Porém, foi comum às duas localidades o

¹³ É óbvio que o vigor do comércio de Mariana é relativo. Graça Filho detectou 195 licenças municipais concedidas a comerciantes em São João Del Rey em 1832. Mesmo que não possamos usar as mesmas licenças para comparar com Mariana, o fato é que o comércio da cidade não se aproximava da característica de grande centro atacadista e financeiro de São João.

predomínio da pequena propriedade de escravos. Em Furquim, somente 3 chefes de domicílios comerciantes tinham 11 ou mais escravos, já em Mariana eram 4 aqueles que superaram a quantia de uma dezena de cativos.

Os trabalhadores livres do comércio em geral foram listados como agregados. O percentual de agregação no comércio em Furquim esteve próximo daquele registrado em toda a Freguesia no ano de 1838, 12,8% da população livre. Cerca de 14% da população livre dos domicílios selecionados era de agregados. Já em Mariana 39% dos livres chefiados por comerciantes eram agregados (ANDRADE, 2007). Essa alta participação de agregados pode ser explicada pelo dinamismo do setor comercial de Mariana no período ou pela restrição de acesso ao tráfico de cativos, ou seja, Mariana apresentava uma grande demanda de mão-de-obra livre para trabalhar nas casas de negócio.

Entre a taverna e o negócio: Comércio e riqueza no termo de Mariana

A inserção econômica e o nível de acumulação podem revelar traços fundamentais para a compreensão do comércio regional. Aqui nossa proposta é continuar seguindo a trilha dos comerciantes, avançando para os aspectos econômicos e sua posição na hierarquia social. Nesse sentido, permanece como válido o paralelo entre duas realidades, o comerciante estabelecido no universo urbano e rural.¹⁴

A análise da composição dos bens de comerciantes de Furquim revelou profunda predominância dos investimentos em bens agrícolas e em escravos, corroborando com o caráter precário e complementar da atividade comercial, denunciado pelos dados censitários. Além disso, os comerciantes não estavam entre os homens mais ricos. Os grandes fazendeiros, produtores de alimentos, criadores de animais e aguardenteiros, provavelmente estavam ligados ao comércio com centros urbanos mais longínquos. Nos pequenos arraiais da freguesia, pequenos lavradores escravistas estabeleciam pontos de comércio com o objetivo de repassar o excedente da lide.

Nove dos comerciantes listados nas Relações de Casas de Negócio de Furquim, mais um outro empreendedor, foram selecionados para análise detalhada dos seus investimentos. No caso deles foi possível encontrar o inventário que revelou algumas características dos proprietários. A tabela IV apresenta algumas informações coletadas sobre esses comerciantes.

¹⁴ Neste tópico foram investigados os inventários post mortem de comerciantes, encontrados através da busca nominal, a partir das relações de casas de negócio. A seleção dos comerciantes a partir do cruzamento das Relações de Casas de Negócio com os inventários *post-mortem* respeitou o limite do recorte temporal da pesquisa (1850), excetuando o caso de Antônio José de Souza Guimarães (inventário de 1852).

Tabela IV**Fortuna e investimento de 10 comerciantes selecionados de Furquim***

Ano	Nome	Ocupação 1838	Cor	Estabelecimento*** 1836	Monte Mor
1852	Antônio José S. Guimarães	Negociante	Pardo		94:822.990
1846	José Francisco P. do Monte	Negociante	Pardo	Drogas, Molhados, Importados, Fazendas Secas	8:251.670
1840	Manoel Joaquim Pinheiro	Lavrador	Branco	Negócio da terra e importados	4:634.810
1843	Joaquim José de Santana	Lavrador	Pardo	Molhados do país	2:365.610
1843	Lizardo Coelho Barbosa	Lavrador	Branco	Aguardente Simples e Espíritos. Importados	1:843.280
1845	Joaquim Moreira de Faria	Lavrador	Pardo	Fazendas Secas	1:651.500
1849	Antônio Brum da Silveira	Lavrador	Pardo	Molhados da terra	1:611.840
1841	Francisco Antônio Nascimento	Negociante	Pardo	Fazendas Secas, Molhados da terra e importados	1:128.171
1845	José Mariano Ferreira	Tropeiro	Pardo	Aguardente Simples	1:078.040
1853	Basílio Lopes de Jesus	Ferreiro	Pardo	Molhados do país e Importados	578.910

Fonte: Inventários *post mortem*. ACSM.

* Comerciantes selecionados a partir do cruzamento da Relação de Casas de Negócio com os inventários *post-mortem*. 1836-1853

** Estabelecimentos e produtos comercializados pelo proprietário

*** Antônio José de Souza Guimarães dono da maior fortuna encontrada para a região. Listado como negociante em 1821 não aparece nas Relações de Casas de Negócio.

O primeiro nome é o de Antônio José de Souza Guimarães. Este negociante foi uma exceção na vida econômica da Freguesia de Furquim. Ele não fora listado entre os donos de Casas de Negócio de 1836, porém na lista de habitantes de 1821 havia aparecido como comerciante, dono de 4 escravos e morador do arraial do florescente distrito de Ponte Nova. Em 1852, por decorrência de sua morte, seus bens foram inventariados, somando a impressionante quantia de 94:822\$990.

O perfil da riqueza do alferes difere dos comerciantes furquienses. Além do grande valor total, a proporção de dívidas também foi incomum. Cerca de 41% da riqueza estava investida em empréstimos e vendas à prazo. Ele ainda possuía terras e casas em várias localidades, além de um plantel de 83 escravos; desses, 38 eram africanos. O número de

escravos impressiona, sobretudo porque estamos tratando de um período posterior ao encerramento do tráfico internacional em que os preços médios de cativos em Minas Gerais superavam 500\$000 (BERGAD, 2004, p. 245).

Parte da explicação para o afortunamento de Souza Guimarães talvez estivesse justamente no seu incomum acúmulo de almas cativas. O negociante intermediava o comércio de escravos desde pelo menos 30 anos antes da abertura do seu inventário. Na década de 1820 foram registradas algumas passagens pela Polícia da Corte do Rio de Janeiro, objetivando a aquisição de passaporte ou despacho de escravos para Minas Gerais¹⁵. O acúmulo de dívidas ativas podem também resultar do repasse de cativos aos fazendeiros locais, além dos empréstimos feitos a roceiros e fazendeiros cobrando juros. Assim ocorreu com o fazendeiro Pedro José Domingues que devia 1:167\$574, resultado da soma do valor inicial da dívida com o *prêmio* da mesma de 2% ao mês.

Apesar de incomum, a trajetória do pequeno comerciante mestiço que virou traficante de cativos e fazendeiro não nos parece surpreendente que tenham ocorrido em uma região de grandes proprietários escravistas. De alguma forma, os grandes produtores de alimentos e aguardenteiros, comprovadamente os mais ricos da região que havia compreendido a freguesia de Furquim, adquiriam escravos no mercado (seja ele interno ou por importação) que era controlado por negociantes de grosso trato.

Ainda assim, mesmo que a fortuna de Souza Guimarães seja justificável pela conjuntura de dinamismo da agropecuária, sobretudo na primeira metade do século XIX, o perfil geral do comércio das áreas rurais do termo de Mariana foi o de pequenos empreendimentos que não provocaram enriquecimento. A riqueza dos demais comerciantes não superou oito contos de réis. Diante de tamanha discrepância dos bens de Antônio José de Souza Guimarães quando comparado aos demais selecionados, percebe-se que, em Furquim, a acumulação esteve mais ligada à produção agropecuária do que às práticas comerciais. Além disso, a predominância do elemento pardo entre os negociantes também indica que a atividade estava ligada, predominantemente, às camadas mais pobres da localidade.

Diferentemente do primeiro caso analisado e das riquezas dos comerciantes do centro urbano de Mariana, os investimentos em dívidas ativas não ocuparam significativos valores em Furquim.¹⁶ Na soma dos bens dos comerciantes, 51% da riqueza estava concentrada em escravos, 28% em bens agrícolas (terras, benfeitorias e produção excedente), 4% em animais,

¹⁵ Veja tabela 4.11 a diante, sobre a participação dos comerciantes de Mariana no tráfico de escravos. Sobre os códices do Arquivo Nacional consultados, ver texto sobre a elaboração de banco de dados (FRAGOSO, 2000)

¹⁶ Para análise global dos bens dos comerciantes excetuamos o caso de Antônio José de Souza Guimarães

8% em imóveis urbanos (moradas de casas no arraial), 6% em bens pessoais e apenas 3% em dívidas ativas. Não foram arroladas mercadorias dos estabelecimentos, sinal de que não representavam valores expressivos, o que comprovaria o caráter diminuto dos empreendimentos.

Portanto, a atividade comercial representou um complemento à verdadeira base da sobrevivência desses indivíduos, a atividade agrícola, tendo sido, o estabelecimento, uma extensão da roça.

O inventário de José Francisco Pereira do Monte foi aberto em 1845. Na ocasião, o negociante deixou 19 escravos, 89 alqueires de terras de milho, além de animais de benfeitorias e uma morada de casas no arraial de Ponte Nova. Apesar de todos os sinais de se tratar de um lavrador, em 1836 ele fora listado na Relação de Casas de Negócio do distrito de Ponte Nova onde comercializava *drogas, molhados, importados e fazendas secas*. Além disso, no ano de 1838 ele também havia sido identificado, na lista de habitantes do mesmo distrito, como negociante.

Apesar de aparecer como proprietário de um *negócio da terra e importados*, Manoel Joaquim Pinheiro era lavrador, conforme a lista de habitantes do distrito de Furquim, em 1838. O inventário de seus bens também não deixa dúvidas. Era dono de um sítio com terras para cultura, além de moinho, animais e 10 escravos. Assim como acontecia com Francisco Pereira, Manoel Joaquim era um fazendeiro de médio porte que estabelecia negócio no arraial mais próximo de sua propriedade.

Já Antônio Brum da Silveira comercializava *molhados da terra* e fora listado em 1838 como lavrador. Dono de uma pequena venda, ele possuía uma morada de casas no arraial de Ponte Nova, além de roças de milho e moinho. Tinha apenas 2 escravos, um dos quais com 50 anos e de baixo valor, e sua riqueza somava apenas 1:611\$840, em 1849. O caso de Antônio Brum da Silveira representa ainda mais o caráter complementar da venda no ciclo econômico de pequenos lavradores da região.

Por outro lado, a existência de pequenos roceiros envolvidos com o comércio é um indício de que a reprodução das unidades familiares não se resumia à subsistência. Nos arraiais e nas estradas esses homens e mulheres experimentavam contato com circuitos ainda maiores realizando trocas que garantiam a sobrevivência e uma possível prosperidade. O crédito informal também funcionava como oportunidade de investimento e alocação de recursos por parte do lavrador. Mesmo que entre os comerciantes selecionados pela amostra, de uma forma geral, tenha sido tímido o investimento nos empréstimos, eles ocorriam propiciando a formação de um circuito mercantil local. Isto contraria a idéia de que a

economia mineira teria por base um caráter camponês autônomo, incapaz de gerar circuitos comerciais.

Antônio José de Souza Guimarães, já citado, tinha 38:871\$190 investido em dívidas ativas, resultado do crédito dado a 137 pessoas, uma média de 283\$729. Suas transações não eram pequenas se comparadas com aquelas arroladas no inventário de Maria Rosa dos Anjos, listada como lavradora, em 1821, embora não possuísse bens agrícolas no momento do seu falecimento. A viúva tinha 11:716\$809 investidos no crédito informal. Eram 95 devedores, portanto, uma média de 123\$334¹⁷.

Ainda menores foram os repasses feitos pelo lavrador e comerciante, José Joaquim de Oliveira, inventariado em 1830. Nesse caso, os empréstimos somaram 1:563\$979 e o total de devedores foi de 127 pessoas, resultando em um valor médio de 12\$314. O perfil das pessoas que recorriam aos empréstimos era o de pequenos roceiros e vendeiros não escravistas. Dezoito deles foram detectados na lista de habitantes de 1821 (11 lavradores, 3 comerciantes, 1 mineiro, 1 alfaiate, 1 fiandeira e 1 seleiro), sendo que apenas 3 deles tinham escravos, enquanto que 12 eram pardos.

Dessa forma, os setores sociais mais simples da sociedade que não contavam com o trabalho escravo, assim como aqueles pequenos e médios escravistas estavam inseridos em uma incipiente rede de crédito. Está claro que estes dados somente sugerem alguns apontamentos, pois a amostra de dados disponíveis para a região é insuficiente. Porém, os estudos de Zephyr Frank para São João Del Rey e São José sugerem que, na primeira metade do século XIX, uma disseminada rede de crédito informal pode ter propiciado às unidades produtivas (muitas delas familiares) a alocação mais eficiente de seus recursos e gerado crescimento econômico (FRANK, 2004, p. 245).

Na vila e sede do termo de Mariana concentravam os grandes negociantes que monopolizavam o comércio atacado de produtos da terra (como a aguardente) e importados (como fazendas secas, ferramentas e escravos). A atividade comercial, diferente de Furquim, representou o principal investimento tanto para pequenos vendeiros (algumas vezes articulado com ofícios como o de alfaiate, ferreiro e carpinteiro) quanto para os grandes negociantes. Esses últimos, pelo menos no período abordado pela pesquisa, enriqueceram através do comércio e se mantiveram como negociantes, mesmo investindo em terras e escravos.

Respeitando o limite do recorte temporal da pesquisa (1850) foram rastreados inventários de 10 comerciantes listados na Relação de Casas de Negócio do distrito de

¹⁷ O inventário de Maria Rosa dos Anjos está incluído na amostra de Furquim analisada no capítulo 3. Códice 21 Auto 563 1º ofício, 1842. Arquivo da Casa Setecentista de Mariana.

Mariana. Todos os inventários encontrados são de armazeneiros ou lojistas, com exceção de José Ferreira de Oliveira, identificado a partir da lista de habitantes. A tabela V traz a ocupação, títulos ou patentes militares, a cor, o tipo de estabelecimento, além da soma dos bens de cada um deles.

Tabela V

Fortuna e investimento de 10 comerciantes selecionados de Mariana.*

Ano	Nome	Ocupação/ Título. 1831	Cor	Estabelecimento** 1836	Total
1839	Manoel José de Carvalho	Lavrador e Negociante/Sarg-Mor	Branco	Loja de Fazendas Secas	89:970.867
1845	José Ferreira de Oliveira	Negociante/Cap.-Mor	Branco	***	70:860.098
1847	José Alexandre Ramos	Negociante/Sarg.-Mor	Branco	Armazém	61:587.631
1845	Honório José Ferreira Harmondes	Negociante/ Coronel	Branco	Loja de Fazendas Secas e Armazem	25:230.130
1843	Torquato Claudiano de Moraes	Negociante	Branco	Loja de Fazendas Secas e Armazéns	23:838.639
1843	Manoel José de M. Barroso	Negociante/ Capitão-Mor	Branco	Loja de Fazendas Secas	22:319.680
1839	José M.de Queiroz	Negociante/Cap.-Mor	Branco	***	8:388.793
1847	José Joaquim Anastácio	Lavrador e Negociante	Pardo	Armazém	4:609.720
1851	Antônio da Silva Lessa	Juiz de Paz/Alferes	Pardo	Armazém	2:815.000

Fonte: Inventários *post mortem*. ACSM.

*Comerciantes selecionados a partir do cruzamento da Relação de Casas de Negócio com os inventários *post-mortem*. 1836-1851.

**Tipo de estabelecimento comercial listado na Relação de Casas de Negócio.

*** Negociantes selecionados a partir do cruzamento das listas de habitantes com os inventários *post-mortem* que não foram listados nas Relações de Casas de Negócio.

Em 1831, todos os indivíduos selecionados foram arrolados na lista de habitantes como negociantes. Os donos de lojas e armazéns estavam entre a elite branca da região (somente 2 eram pardos). Outra característica que os difere dos comerciantes de Furquim era a forte acumulação possibilitada pelos negócios. Provavelmente esses negociantes de Mariana também estavam entre a elite nobiliárquica e política da região e, pela dimensão de suas posses, compunham o mais alto extrato econômico, mesmo se comparados aos fazendeiros, produtores de cana ou pecuaristas.

O cotejamento da composição dos bens dos comerciantes marianenses também indicou característica diferenciada daquelas encontradas para Furquim. As dívidas ativas, decorrentes de empréstimos a juros, de vendas de mercadorias no atacado e no varejo do comércio de escravos, representaram parte majoritária dos investimentos. O capital usurário correspondeu por 52% da soma dos bens dos indivíduos selecionados, chegando a alcançar 84%, no caso do armazeneiro José Alexandre Ramos. Somente um inventário não possuía dívidas ativas.

Outra categoria que aparece são as mercadorias, arroladas no inventário entre os *bens móveis*. Os expressivos estoques de alguns comerciantes mostraram a diversidade e a dimensão atacadista dos empreendimentos. As mercadorias perfaziam por 4% da riqueza dos nove inventariados. Alguns homens de negócio esterilizavam parte da riqueza em casas localizadas na própria cidade de Mariana. Em 7 casos foram arrolados mais de um imóvel urbano, entre os bens inventariados. Essa categoria representava 7% da riqueza total.

O capital produtivo também teve importância nos investimentos dos negociantes. Somente 2 deles não possuíam bens agrícolas (terras, benfeitorias e animais) e em 5 casos, dos nove selecionados, o capital revertido em escravos foi superior ao valor das dívidas ativas. Ainda assim, se agruparmos os bens agrícolas e escravos eles somariam 35%, proporção bem inferior aos 63% alcançados pelo agrupamento das dívidas ativas, mercadorias e imóveis urbanos.

Afonso Graça Filho encontrou tendência semelhante para os grandes negociantes da praça de São João Del Rey.

(...) os investimentos de capitais nas atividades produtivas (terras, lavouras, animais e escravos) era inferior ao esterilizado em imóveis urbanos, apólices ou dívidas ativas. Resulta disso, que os negociantes de grosso trato não eram fazendeiros e nem aplicaram a maior parte de seus capitais nas atividades do campo ou em escravos (GRAÇA FILHO, 2002, p. 89).

É necessário advertir que não se pode considerar irrelevantes os valores destinados ao capital produtivo. De fato, esses investimentos não eram pequenos entre alguns grandes negociantes de Mariana e tão pouco de São João Del Rey¹⁸. Além do mais, os investimentos em fazendas e escravos trazia a estabilidade que o comércio não oferecia e ainda possibilitava a produção de parte das mercadorias revendidas no mercado local e externo.

A participação majoritária de dívidas ativas nos investimentos dos comerciantes inventariados revela que mesmo ao final da vida não havia tendência de conversão do capital

¹⁸ Graça Filho apresenta a composição da riqueza de 31 negociantes grossistas da praça de São João Del Rey, dos quais 19 possuíam imóveis rurais (GRAÇA FILHO, 2002, p. 86-88)

acumulado no comércio para bens agrícolas. Ou seja, o pressuposto de um ideal aristocratizante que transmutava o negociante em fazendeiro, advindo do desejo de inserção social restringido pela imagem negativa do comerciante, desde os tempos coloniais, não parece se concretizar em Mariana¹⁹.

Graça Filho também apresenta inferências semelhantes a respeito da possível conversão do grande comerciante em fazendeiro, como manifestação de um ideal *aristocratizante, que sacrifica o lucro mercantil em prol do status de senhor de homens e terras*. Segundo o autor, em São João Del Rey, *estas atividades são exercidas concomitantemente e a busca de um ideal de vida aristocrática pelos negociantes é mais bem simbolizada pelo status social do controle do crédito e títulos nobiliárquicos ou militares* (GRAÇA FILHO, 2002. p. 89).²⁰

Dos nove indivíduos selecionados em Mariana, somente o armazeneiro José Joaquim Anastácio e o lojista Torquato Claudiano não possuíam patentes na Guarda Nacional. Dessa forma, também para Mariana, a atividade comercial não impediu o alcance do status social, seja pelo controle do crédito ou pela aquisição de títulos.

O rastreamento dos comerciantes marianenses nos códices da Polícia da Corte do Rio de Janeiro revelou que um dos seus investimentos era o comércio de escravos. A tabela VI descreve as passagens de alguns deles e o número de escravos registrados.

Tabela VI
Participação dos comerciantes marianenses no tráfico de escravos. 1817-1832.

Nome	Comércio*	1817-1820	1821-1825	1826-1832
Manoel José de Carvalho	Loja		56	80
Honório José Ferreira Armondes	Armazém	44	134	36
José Alexandre Ramos	Armazém		8	8
José Ferreira de Oliveira	Loja		18	6
Manoel José de Magalhães Barros	Loja			21
Antônio José de Souza Guimarães			10	51

Fonte: Passaportes e Remessa de escravos. Polícia da Corte. Códices: 421 e 424. Arquivo Nacional. * Tipo de estabelecimento em 1836.

¹⁹ Segundo Júnia Furtado, em Minas Gerais, no século XVIII, as atividades mercantis estiveram associadas a imagem negativa decorrente do envolvimento do comerciante com o contrabando, pela relação tradicional dos cristãos novos com a mercancia e pelo ideal de nobreza que definia a distinção pela distância do trabalho manual (ou seja, ter escravos). Conforme os dados da autora 61,1 % dos comerciantes deixaram *bens de raiz* (terras minerais, terras de cultura e ranchos). *Dessa forma, diversificavam seus investimentos e partilhavam dos valores que identificavam a elite proprietária colonial* (FURTADO, 1998, p. 246).

²⁰ Graça Filho faz referência à tese do *arcaísmo como projeto* de João Fragoso e Manolo Florentino que detectaram na elite mercantil carioca, da primeira metade do século XIX, uma tendência à conversão do capital mercantil em direção ao capital produtivo (FRAGOSO e FLORENTINO, 2001. p. 221-237).

Entre 1817 e 1832 mesmo que em anos alternados, foram identificados diversos registros de comerciantes de Mariana, sendo que Manoel José de Carvalho e Honório José Ferreira Armondes foram os mais assíduos. A primeira conclusão que esses achados nos fornecem é que o comércio de Mariana não estava restrito aos circuitos locais. Mesmo que ainda não se possa mensurar todos os elementos desse contato, de alguma forma a produção local também alcançava o principal centro da economia brasileira e por outro lado demandava escravos e manufaturados. Infelizmente, somente com os cruzamentos feitos, não se pode calcular a medida da entrada de africanos na região. No entanto, já podemos afirmar que essa inserção existiu e que era feita pela elite de negociantes locais.

Alguns indícios apontam para uma continuidade da operação no mercado de escravos, mesmo após a restrição legal de 1831. Honório José Ferreira Armondes registrou escravos na Polícia da Corte por 12 vezes entre os anos de 1817 e 1828. Todas essas remessas de cativos somaram 214 peças. Os três escravos listados em seu domicílio em 1831 faziam trabalho doméstico ou serviam em sua Loja localizada na cidade. No ano de 1845 a abertura de seu inventário mostrou que o negociante detinha 22 escravos, suas terras eram de pequeno valor e correspondiam por *uma parte de terras com água e engenho*. Como não foram arrolados instrumentos da lide agrícola e apenas 1 besta, pode-se inferir que nem todos os seus escravos (valiam em média 556\$000) estivessem aplicados na lavoura e poderiam, dessa forma, representar possíveis peças a serem revendidas na região.

O mesmo parece ter ocorrido com José Alexandre Ramos, armazeneiro com 2 passagens pelos registros de escravos na Corte. Em 1831 somente 2 cativos foram listados em seu domicílio e no inventário de seus bens, foram arrolados 12 escravos, 5 dos quais africanos. O curioso é que o dono da terceira maior fortuna inventariada de Mariana não possuía bens agrícolas (considerando confiáveis o arrolamento de bens no inventário) e se dedicava basicamente ao comércio de mercadorias no atacado, ao crédito informal e, provavelmente, à venda de cativos (seja ela de escravos novos ou não). Ao final de sua vida o negociante não havia convertido sua riqueza em terras e/ou fazendas, contrastando com o abandono do comércio descrito por Sheila de Castro Faria, para a Capitania da Paraíba do Sul no final do século XVIII.

Segundo Faria, os núcleos urbanos coloniais representavam passagem transitória na vida do comerciante que logo se transmutava em senhor de terras e de escravos.

(...) percebe-se o abandono do comércio e a transformação de seus titulares em grandes senhores de terras e escravos, mudança significativa de status social, embora desvantajosa, financeiramente. Núcleos urbanos coloniais tornaram-se o lugar por excelência do comércio e, por isto mesmo, lugar de

passagem. A transitoriedade delineava a vivência urbana nos núcleos interioranos, que se explicam e funcionam pelo mundo rural a sua volta (FARIA, 1998. p. 165-166)

O gozo do prestígio social, advindo do domínio rural, descrito por Sheila Faria, também não parece ter convencido o homem mais rico de Mariana no final da década de 1830. Manoel José de Carvalho, um dos grandes comerciantes da região, viveu até a sua morte na cidade e mesmo investindo em atividades agrícolas não abandonou a mercancia. Provavelmente, ele e outros comerciantes faziam parte de famílias enraizadas na cidade e que no passado haviam sido engajadas na mineração. Talvez Mariana, por ter sido um centro econômico de dimensão regional não teria funcionado como zona de atração de muitos aventureiros e o comércio tenha sido dominado por antigos mineradores e/ou fazendeiros²¹.

Manoel José de Carvalho foi listado em 1819 como *lavrador, mineiro e negociante*. Na ocasião foram listados apenas 5 escravos em seu domicílio. Durante a década de 1820 até o ano de 1832 foram identificados 9 passagens do comerciante no registro de escravos na Polícia da Corte do Rio de Janeiro. As remessas de cativos somaram 136 peças em 11 anos. Na lista nominativa do distrito de Mariana em 1831, encontrou-se novamente o domicílio de Manoel José, dessa vez identificado como lavrador e comerciante, além de trazer o título de Sargento-Mor. Esse possuía também 13 cativos, dos quais 9 eram africanos.

Já em 1836 o seu nome aparece listado nas Relações de Casas de Negócio, como proprietário de Loja de Fazendas Secas. Apenas 3 anos mais tarde, por decorrência de seu falecimento, foram inventariados todos os seus bens que somaram 89:970\$867. Além de 3 casas situadas na cidade, terras minerais em Antônio Pereira, o sargento-mor possuía também uma fazenda completa (no valor de 6:500\$000) com engenho, moinho, plantação de milho, feijão, cana, arroz e criação de gado bovino e suíno. Cerca de 19% de seus bens estavam investidos em 60 escravos, dos quais 6 eram africanos e 54 eram crioulos. Possuía mais de 5 contos investidos em mercadorias do estabelecimento comercial e 55% de toda a riqueza destinada às dívidas ativas.

A presença de grandes valores em dívidas ativas foi freqüente entre os maiores comerciantes de Mariana, repetindo em escala menor a tendência encontrada por Graça Filho entre os inventariados de São João Del Rey. O controle social e político dos grandes

²¹ Alguns casos são curiosos como o do capitão-mor Francisco José de Melo, antigo mineiro de prestígio na cidade, que ao fim da vida (1826) deixou 85% de seus bens revertidos em dívidas ativas, a maior parte delas resultado de empréstimos a juros (6:520\$201). A maioria de seus devedores fazia parte da rede social a qual pertencia: capitães, sargentos, tenentes e alferes da Guarda Nacional, além de membros de famílias tradicionais. Esse inventário consta na amostra analisada no capítulo 3. Códice 154, Auto 3238, Ano 1826. Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

afortunados locais e a restrição do numerário em Minas Gerais estão na base para a explicação de tal fenômeno²².

Em Mariana, grandes comerciantes emprestavam pequenas quantias a juros ou faziam vendas a prazo nos estabelecimentos comerciais. Porém, o que mais chama a atenção na composição das dívidas ativas é aparecimento de comerciantes de menor porte.

Entre os 15 devedores de Manoel José de Carvalho, identificados na lista de habitantes, estão 9 comerciantes, 1 mineiro, 1 advogado, 1 escrivão, 1 lavrador, 1 sapateiro e 1 carpinteiro. Todos eles eram brancos e proprietários de escravos. As dívidas dos comerciantes decorriam da compra de mercadorias no atacado para serem revendidas nas pequenas vendas da cidade. O universo de 15 pessoas é muito pequeno diante dos mais de 200 devedores dos negociantes. A dificuldade de identificação dos devedores nas listagens de habitantes do termo de Mariana pode decorrer da mobilidade espacial da população mais pobre ou pelo fato de Manoel José de Carvalho também ter atuado em outras regiões.

Os pequenos e médios empreendedores locais dependiam do fornecimento de mercadoria e do crédito por parte dos negociantes grossistas. No inventário dos bens do Capitão-Mor José Ferreira de Oliveira, em 1845, foi arrolado o valor de 35:704\$518 em dívidas ativas. Desses, 7:300\$000 pertencem à *dívida da casa falida de Henrique Lebet*. Henrique Lebet havia sido listado, em 1838, como negociante na cidade de Mariana.

O mesmo ocorreu com Torquato Claudiano de Moraes, dono de Loja de Fazenda Seca, que faleceu em 1843. Dois anos mais tarde, no arrolamento das dívidas ativas do também lojista Honório José Ferreira Armondes, a casa do já falecido Torquato aparecia com uma dívida de 2:857\$000. Seja através de transações avultadas ou de pequenos empréstimos, o fato é que os grandes negociantes funcionavam como verdadeiros financiadores da economia local.

Nunca é demais lembrar que a movimentação comercial e creditícia de Mariana não contava com o mesmo nível de complexidade e acumulação que a praça de São João Del Rey. Por outro lado, ainda está por fazer um estudo comparativo, incluindo as conexões, de outras praças mercantis de cidades mineiras no século XIX. O estudo que apresentamos é preliminar, assim como as inferências emergidas da análise. Ainda são necessários estudos que busquem

²² A identificação da praça mercantil de São João como centro financeiro e a defesa de que o capital do setor de abastecimento (mercado interno) esteve na base da estruturação bancária na província são contribuições fundamentais da pesquisa levada a cabo por Graça Filho. *Esse aspecto ainda é pouco explorado pela historiografia mineira, onde o surgimento da estrutura bancária é, em geral, atribuído às instalações da cafeicultura na província. Sub-repticiamente, existe a recusa de se atribuir capacidade de acumulação de excedentes na economia de abastecimento, num nível suficiente para gerar um setor financeiro importante* (GRAÇA FILHO, 2002. p. 72)

aspectos como as conexões que existiam entre as diversas praças mineiras, os grandes fazendeiros escravistas da agropecuária e outras regiões do Brasil. Além do mais, a própria posição dos comerciantes na estratificação e no domínio político regional também merece atenção na medida em que se considera o mercado interno dinâmico e com capacidade de acumulação.

Bibliografia

ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho *Homens ricos, homens bons: Produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822*. Tese de doutorado Niterói. ICHF/UFF. 2001.

ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou Camponês? Economia e Estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1821-1850*. Dissertação de Mestrado. PPGH. FAFICH. UFMG. 2007

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento. Fortuna e Família no cotidiano colonial*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1998.

FRAGOSO, João Luíz Ribeiro e FLORENTINO, Manolo Garcia. *O Arcaísmo como Projeto-mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. 1790- 1840*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001.

_____. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei (1831 – 1888)*. Editora Annablume. São Paulo. 2002.

GODOY, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio. Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. Tese de doutoramento. São Paulo. FFLCH/USP, 2004 B.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo. Ed. Símbolo.1979.

PAIVA, Clotilde. *População e economias Minas Gerais do século XIX*. . Tese doutorado. USP. São Paulo. 1996

SAINT HILAIRE, Auguste . *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Cia Editora Nacional. São Paulo. 1838.